Sim ou Não? A polêmica presente no discurso da revista Veja no Referendo 2005.

Mônica Xavier Tavares[1]

RESUMO

Utilizando elementos da Análise do Discurso Francesa, esse artigo analisa o comportamento da revista Veja diante do Referendo do Comércio de Arma de Fogo e Munição 2005. Instaurada a polêmica, a partir dos dois discursos antagonistas (sim e não) impostos pelo Referendo, este artigo tenta explicar como se deu a construção do discurso Não de Veja a partir da constante tradução do discurso antagonista como simulacro. Para tanto foi levado em consideração o contexto sócio-histórico do Brasil daquele momento.

PALAVRAS-CHAVE: Polêmica, Discurso, Revista Veja, Referendo 2005

INTRODUÇÃO

Em 23 de outubro de 2005, pouco mais de cento e vinte e dois milhões de brasileiros foram às urnas para decidir se o comércio de arma de fogo e munição deveria ou não ser proibido no Brasil. Representou um marco. Foi a terceira vez na sua história que o país realizou algum tipo de consulta popular e a primeira vez no mundo que a população foi consultada sobre o desarmamento.

Apesar de o referendo ser um método bastante popular em outros países, a Suíça, por exemplo, já realizou mais de 500 referendos na sua história, esse é um fato novo para o Brasil. Em 1963, o Brasil realiza o seu primeiro plebiscito[2]. Depois que João Goulart assumiu, o Congresso Nacional, temeroso com a postura de esquerda do presidente, adotou o parlamentarismo para reduzir seus poderes, porém, na consulta popular, 77% dos brasileiros rejeitam o parlamentarismo. Mais tarde, em 1993, instituído pela Constituição Federal de 1988,

---

[1] Mestranda em Comunicação na Universidade Federal de Pernambuco.

[2] O plebiscito é convocado antes da criação da norma (ato legislativo ou administrativo), e é o povo, por meio do voto, que vai aprovar ou não a questão que lhe for submetida. O referendo, por sua vez, é convocado após a edição da norma, devendo o povo ratificá-la ou não.

houve um novo plebiscito para decidir entre a forma e o sistema de governo do país. Mais uma vez o presidencialismo sai vitorioso.

A terceira consulta popular dividiu o Brasil em *sim* e *não*. De acordo com o Estatuto do Desarmamento (Lei 10 826 de 22/12/2003) o país deveria realizar um referendo para decidir se a população aceitaria ou não o comercio de arma de fogo e munição. Marcada para outubro de 2005, a eleição obrigatória mobilizou o país entre os que estavam a favor do desarmamento e os que se posicionavam contra.

Esse é por natureza um assunto delicado e por isso mesmo cada nação o trata de uma forma especial e as posições são as mais variadas possíveis. Nos Estados Unidos, os Estados são autônomos para legislar sobre a questão, mas na maioria deles o uso e a venda de armamento pessoal é permitida, no entanto no Japão, na Grã-Bretanha e na França tanto a venda quanto o porte de arma são proibidos. Isso mostra que a decisão de deixar a população se armar deve ser tomada com cautela e levar em consideração as condições sócio-político-cultural e econômicas do país.

A realização do referendo foi muito questionada devido, principalmente, à existência do Estatuto do Desarmamento que já implantava uma séria de mudanças na legislação. Algumas medidas previstas no Estatuto tiveram mais impacto e visibilidade como a proibição do porte de armas para civis, novas regras para compra de armas e idade mínima agora permitida de 25 anos. A consulta popular foi apenas uma das medidas e dizia respeito diretamente à comercialização ou não de arma de fogo, além de que todas as outras medidas independiam do resultado do referendo. Apesar disso, foi, sem muitas surpresas, o referendo que virou a grande estrela e despertou o interesse de todos.

Um outro ponto bastante importante a ser observado é o momento escolhido para perguntar ao povo sua posição quanto a um tema tão controverso. Muitos fatores mostram que a sociedade brasileira não estava madura suficiente para responder essa pergunta. Para o povo discernir com um certo grau de imparcialidade sobre uma questão tão complexa, seria necessário que as condições apresentadas fossem mais estáveis e menos baseadas no medo ou em quaisquer posições políticas.

Em uma sociedade marcada profundamente por um alto grau de desigualdade social, a violência urbana impõe-se como uma realidade penosa. Poucos problemas sociais mobilizam tanto a opinião pública quanto a criminalidade. Não poderia ser diferente já que essa é uma das questões que afetam toda população independentemente de classe social, sexo ou raça.

A criminalidade tem assumido uma característica peculiar no Brasil ao infiltrar-se e disseminar-se como parte da cultura do país, segundo SOARES (2006). O medo é um sentimento constante e naturalizado em todas as esferas da sociedade. O discurso de que se vive em uma sociedade violenta e perigosa é dominante e ratificado diariamente seja pelos índices monstruosos e crescentes de violência ou pela farta exposição do tema violência nos meios de comunicação. De uma forma ou de outra, vive-se permanentemente com medo e esse medo influencia diretamente a organização e comportamento de todos os indivíduos e instituições brasileiras.

Uma pesquisa do Iansa (Rede Internacional de Controle de Armas Leves, 2006) mostra que 94% dos brasileiros estão preocupados com a possibilidade de se tornarem vítimas de armas de fogo e ainda na mesma pesquisa 51% dos entrevistados afirmam que algum parente ou conhecido já foi ameaçado, ferido ou morto por arma de fogo nos últimos cinco anos.

Nesse contexto, fica difícil decidir racionalmente por um país com menos armas e (talvez) mais paz ou optar por mais segurança pessoal e não ter o (possível) direito de legitima defesa negado. O referendo proposto pelo governo esbarrava diretamente no problema da violência urbana e em como esse problema está tão intrinsecamente incorporado à realidade brasileira.

Se a experiência do crime faz parte do cotidiano de milhares de brasileiros, assim também são as crises políticas que de tempos em tempos assombram a nação. Como uma bomba, elas caem de surpresa sob as vidas das pessoas, mancham e envergonham a história do país e deixam um rastro de decepção e instabilidade política.

Em outubro de 2002, Luis Inácio Lula da Silva foi eleito Presidente da República depois de três candidaturas frustradas. Finalmente, o Partido dos Trabalhadores tinha atingido seu maior projeto político. Foi um tempo em que a palavra de ordem era esperança. Cansados de perpetuar uma mesma ordem política, os brasileiros votaram por um sonho de mais justiça social aliado às

práticas políticas e econômicas mais moderadas propostas por esse “novo” partido que se apresentava.

“Agora é Lula” dizia o slogan de campanha de Lula em 2002, ou seja, agora é o tempo de mudança, tempo de construir um novo país mais justo, mais honesto. A proposta era justamente permitir que uma nova ordem política se instalasse para mostrar aos brasileiros, cansados de verem a história se repetir, que era possível menos corrupção, mais justiça social e desenvolvimento econômico andarem juntos.

E assim seguiu o governo Lula sem muitas oscilações até maio de 2005 quando uma filmagem denuncia Maurício Marinho, diretor dos Correios, embolsando um pacote de dinheiro dado por um corruptor. Essa denúncia dá início a uma série de acusações contra pessoas ligadas ao governo Lula a ao Partido dos Trabalhadores. Foi o início de mais uma e longa crise política no país.

É verdade que o Brasil já passou por inúmeras outras crises políticas, já enfrentou dezenas de CPIs e até já derrubou um presidente num processo de *impeachment*, no entanto essa crise trouxe um diferencial nunca sentido tão profundamente: a decepção. Toda a esperança e crença (porque essa era a palavra para descrever a relação da maioria dos eleitores com o PT) foram ruindo a cada nova denúncia, a cada nova acusação.

E foi nesse contexto sócio-político que se foi feita a pergunta à população sobre o comércio de armas de fogo. Enquanto todos estavam estarrecidos e envolvidos nos fatos que surgiam contra o governo, quando todos os meios de comunicação voltavam sua atenção para a crise política, o referendo é proposto no meio desse turbilhão com uma pergunta bastante controversa.

A sociedade ficou dividida entre o sim e o não. De um lado os que estavam a favor do desarmamento alegavam o direito à vida e que menos armas significavam mais paz, por outro lado o discurso dos que eram contra o desarmamento centrava-se na possibilidade de legítima defesa e em não ter esse direito negado. As opiniões se dividiam em todas as esferas da sociedade, nos próprios meios de comunicação que, em muitos casos, deixaram claro de que lado estavam, e também no governo federal. Apesar disso, a posição do Governo Lula foi muito clara e direta ao se manifestar publicamente a favor do desarmamento.

O próprio Presidente Lula escreveu um artigo para a Folha de S. Paulo em 09 de outubro de 2005 intitulado “Mais vida, menos armas” no qual manifestava abertamente sua posição política e pessoal a favor do desarmamento.

> Sei que exterminar a violência é difícil, talvez impossível. Mas, no dia 23, afinal, teremos a oportunidade de fazer algo eficaz contra ela. O suposto benefício representado pela posse de arma de fogo está muito abaixo dos incontáveis malefícios que ela produz. O desarmamento é medida valiosa para a salvação de muitas vidas preciosas. Em vez de atacá-lo, apliquemos nossas energias no fortalecimento das instituições responsáveis pela segurança e no combate à impunidade. Por todas essas razões, como cidadão brasileiro, posiciono-me pelo SIM no dia 23 de outubro. (Silva, 2005)

No meio dessas duas polarizações, votar no Referendo 2005 deixou de ser somente a tomada de decisão sobre a comercialização de armas e assumiu um outro papel: votar *sim* ou *não* era assumir uma posição contra ou a favor do governo Lula. O *sim* significava o apoio ao desempenho e às políticas sociais e econômicas do governo e o *não*, o repúdio e a falta de popularidade e de aceitação do governo.

Esse desvio do foco da questão permeou todo o processo eleitoral do referendo e mostrou-se muito mais evidente nos resultados finais da eleição. Em agosto de 2005, o *sim*, segundo pesquisas oficiais, venceria com 80% dos votos e o *não* tinha apenas 17%. Pouco mais de dois meses depois, o resultado oficial registrou uma enorme diferença: o comércio de arma de fogo e munição tinha 63,19% de aprovação enquanto somente 36,06% posicionaram-se contra.

A REVISTA VEJA NO REFERENDO 2005

É evidente que o assunto do desarmamento pela sua própria relevância e pelo inusitado da consulta popular invadiu as pautas da imprensa brasileira. Uma enxurrada de guias, quadros, depoimentos prós e contras invadiram os noticiários e começaram a fazer parte do cotidiano de milhares de pessoas.

O referendo proposto colocava em questão muito mais do que aparentava em um primeiro olhar. A pergunta controversa com suas respostas tão diretas como um *sim* ou um *não* deixava implícita uma profundidade de outros assuntos que há tempos faziam parte da realidade brasileira, seja a criminalidade, a corrupção ou a crise política do governo Lula. Estava tudo lá, misturado e esperando a decisão positiva ou negativa dependendo do ponto de vista vencedor.

Na verdade, estava instaurada a polêmica com dois discursos antagônicos disputando a atenção dos brasileiros. Mas esses discursos deixariam de ser apenas teóricos para refletirem diretamente na realidade social do país. Eles, sendo propostos por uma eleição, seriam medidos, quantificados e por fim determinariam a vontade da maioria expressa nas urnas e transformada em lei.

No meio desse embate, posicionavam-se os meios de comunicação, de um lado ou de outro, mas todos ávidos por mais notícias, mais furos jornalísticos e por fazer valer a sua posição diante da disputa. Essa busca incessível e um fluxo contínuo por informação e novidade é a condição para se pensar o mundo hoje. Nesse contexto, cada vez mais a realidade é descrita pelos meios de comunicação os quais, como disse Guareschi (2000; p. 43), "contribuem decisivamente para a construção da subjetividade do ser humano". A mídia tem o poder de dizer o que é certo ou o que é errado, define padrões de moda, de comportamento, de justiça e de moralidade. Essa mesma mídia determina o que é um fato histórico e o que deve ser esquecido.

Muitos veículos usam de forma diferente esse poder que têm em mãos, alguns de forma mais explícita; outros, mais moderadamente, mas é fato que todos os meios de comunicação sabem do seu poder de influência e convencimento. Esse artigo analisa, em particular, o discurso da revista Veja diante da polêmica instaurada com o Referendo 2005.

O recorte para a análise são as quatro edições da revista Veja no mês de outubro de 2005 quando todos os meios de comunicação voltavam sua atenção para o referendo. Segundo o Ibope em pesquisa entre os dias 11 e 13 de outubro daquele ano, 35% das pessoas disseram buscar principalmente informações para a tomada de decisão no referendo em jornais, revistas, televisão e rádio. Sem dúvida, o interesse por esse assunto nos editoriais dos jornais e das revistas não poderia ter sido diferente.

A revista Veja em outubro dedicou o seguinte espaço para reportagens sobre as eleições:

TABELA I

EDIÇÃO VEJA	DATA DA CAPA	FORMATO	TÍTULO
1925	05/10/2005	**REPORTAGEM DE CAPA**	**7 RAZÕES PARA VOTAR NÃO**
1926	12/10/2005	REPORTAGEM INTERNA	UM TIRO NA RAZÃO
1927	19/10/2005	REPORTAGEM INTERNA	O ARSENAL DO CRIME

1928	26/10/2005	**REPORTAGEM DE CAPA**	**7 SOLUÇÕES PARA O CRIME NO BRASIL**

Fonte – Revistas Veja Ed. 1925, 1926, 1927, 1928

As quatro reportagens trazem aberta e publicamente a posição da revista Veja diante do desarmamento. Como se pode perceber pelo título da capa da edição de 05 de outubro, a revista enumera sete motivos para votar *não* no referendo. A matéria de capa começa assim:

> Nas páginas seguintes, VEJA alinha sete razões pelas quais julga correto votar **NÃO** no referendo sobre o comércio de armas de fogo convocado para o próximo dia 23. O voto no referendo é obrigatório, como nas eleições. O Estado brasileiro vai fazer a seguinte pergunta aos cidadãos: "O comércio de armas de fogo e munição deve ser proibido no Brasil?". VEJA acredita que a atitude que melhor serve aos interesses dos seus leitores e do país é incentivar a rejeição da proposta de proibição. (Veja, 05/10/2005)

E na edição seguinte em 12 de outubro, a revista ratifica sua posição ao começar a reportagem intitulada "Um tiro na razão" da seguinte forma:

> Em sua última edição, VEJA listou sete razões para votar NÃO no referendo do próximo dia 23. A tomada de posição veio da convicção de que o referendo é uma cortina de fumaça, uma inutilidade do ponto de vista prático e nem sequer deveria ter sido convocado. (Veja, 12/10/2005)

A postura de Veja com esse discurso radical e até agressivo está coerente com a posição que a revista vinha tomando diante da crise do governo Lula já há alguns meses. Toda a posição de Veja abertamente a favor do *não* trabalha no sentido de derrubar e desqualificar o discurso Outro do referendo – o *sim* – e no sentido de ratificar seu discurso mais antigo contra o governo Lula.

Essas duas frentes de atuação do discurso de Veja trabalham em harmonia e se complementam. Para ratificar seu discurso mais antigo contra o governo do Partido dos Trabalhadores, Veja precisa derrubar o discurso Outro, o *sim*, que é a posição oficial do governo e a posição pessoal do presidente. E a revista somente obtém êxito em desqualificar o discurso *sim* se ratificar ainda mais sua posição contra o governo.

Desde a denúncia dos Correios, no final de maio de 2005, a Veja lançou-se em uma corrida atrás de furos jornalísticos sobre essa crise política e não poupou espaço nas suas edições para se referir a todo e a qualquer fato novo que aparecia ligado aos esquemas de corrupção nas esferas do governo federal. A revista Veja, com uma tiragem semanal de mais de um milhão de

exemplares e com o status de ser a mais lida no país e a 4ª no mundo, determinou durante vários meses o desenrolar das denúncias e determinou a agenda de discussão política no país.

A tabela II abaixo mostra o comportamento da revista ao escolher suas matérias de capas no período que vai do aparecimento da fita com o flagrante dos Correios (maio de 2005) até a primeira semana de novembro, logo após as eleições do referendo.

TABELA II

DATA DA CAPA	TEMA DA CAPA
25/05/2005	CORRUPTOS: Estamos perdendo a guerra contra a praga.
01/06/2006	O HOMEM BOMBA: Roberto Jefferson ameaça junto Dirceu, Delúbio e Silvio do PT
08/06/2005	Amazônia à venda: petistas presos aceitavam propinas de madeireiras que devastavam a floresta.
15/06/2005	Quem mais? Qual será o rosto do próximo escândalo?
22/06/2005	Tem Conserto? Com a demissão de José Dirceu, Lula tenta salvar o governo e sua biografia.
29/06/2005	PT. O grande erro – confundir o partido com o governo
06/07/2005	O elo se fecha: documento é a peça que faltava para provar que Marcos Valério e PT são um só quando o assunto é dinheiro.
13/07/2005	Ele sabia? Pesquisas: 55% dizem que Lula sabia da corrupção.
20/07/2005	Mensalão: quando e como Lula foi alertado.
27/07/2005	A chantagem: a história secreta de como Marcos Valério emparedou o governo ao ameaçar contar tudo.
03/08/2005	O risco Dirceu.
10/08/2005	LULLA. Lula está em uma situação que já lembra a agonia de Collor.
17/08/2005	A luta de Lula contra o impeachment.
24/08/2005	Denúncias atingem Palloci.
31/08/2005	Político artificial: o Brasil tem as campanhas mais caras do mundo. Isso torna a corrupção inevitável e ajuda a eleger nulidades.
07/09/2005	O “mensalinho” de Severino
14/09/2005	Mais forte que a crise
21/09/2005	PT...era vidro e se quebrou. A história de uma tragédia política.
28/09/2005	A máfia do apito
05/10/2005	7 razões para votar não
12/10/2005	A terra no limite
19/10/2005	Celso Daniel. Um fantasma assombra o PT
26/10/2005	7 soluções testadas e aprovadas contra o crime
02/11/2005	Os dólares de Cuba para a campanha de Lula

Fonte: Arquivo Veja on- line

A escolha da capa de uma revista semanal de informação não é de forma alguma uma decisão aleatória ou sem maiores implicações. O que está impresso na capa expressa uma parte daquilo que o editorial considera mais importante naquele determinado contexto e momento e expressa, principalmente, o que está dentro de sua formação ideológica.

Essas capas são acontecimentos históricos se transformando em acontecimento discursivo e que vão tomando esse ou aquele rumo de acordo com a produção e escolha de enunciados específicos que estão de acordo com o posicionamento ideológico de quem os produz. Segundo Pêcheux (1990), os enunciados podem ate remeter ao mesmo fato histórico, mas eles não produzem as mesmas significações. Nesse caso, essas significações são construídas de acordo com as formações discursivas em que estão inseridos os veículos de comunicação que as produzem. O tema corrupção não aparece insistentemente à toa, mas sim porque, de alguma forma, favorece aos interesses ideológicos da revista.

Ao se analisar a TAB. II, percebe-se a repetição do tema da crise política do governo Lula inaugurada com a gravação do Presidente dos Correios recebendo dinheiro ilicitamente. Foram 24 edições seguidas recorrendo ao tema corrupção e imprimindo edição a edição a existência de uma crise política no país.

É claro que muitas notícias e denúncias apresentadas pela revista contribuíram para que se fosse buscar apurar a verdade mais profundamente e que a natureza dos fatos investigados por si só já constituíam uma crise política séria no país. Não seria possível negar esse fato. No entanto, o que se percebe nesse caso é a insistência da revista em provar e tornar isso real a qualquer custo.

Quase seis meses, ou seja, vinte e quatro edições centradas em um único tema. Os títulos variavam conforme o aparecimento de uma denúncia ou os novos resultados das apurações das CPIs, mas sempre envoltos com a questão corrupção no Brasil. As capas da revista funcionam como uma interface com o leitor e são um elemento indispensável para compreender aquilo que será encontrado nos textos interiores e mais, elas também dizem muito das condições de produção desses textos, portanto o fato de investir seis meses de suas capas é, no mínimo, uma tentativa de Veja de ratificar insistentemente seu discurso e torná-lo um discurso verdadeiro e vencedor.

Desse conjunto de 24 edições de Veja e que tem o tema recorrente da corrupção no Brasil, apenas três edições se configuram, a princípio, como fora desse conjunto. São as capas de 05, 12 e 26 de outubro de 2005. Elas trazem os seguintes títulos respectivamente: “7 razões para votar não”; “A terra no limite”; “7 soluções testadas e aprovadas contra o crime”. A primeira e a última

referem-se diretamente ao Referendo 2005 e a edição do dia 12/10 que teve o único tema afastado das questões corrupção, traz uma reportagem sobre o planeta Terra (a degradação ambiental e até quando a Terra agüentará), mas divide sua capa com uma chamativa tarja vermelha na parte inferior com o seguinte dizer: "Os negócios de Vavá – irmão de Lula faz lobby na Petrobras, na Caixa e até no Planalto".

O que, à primeira vista, pode parecer uma exceção, é na verdade uma continuação de como os discursos ideológicos da revista vinham se manifestando ao longo desses seis meses. A capa com a reportagem sobre a degradação do planeta Terra não trazia diretamente uma nova etapa da crise política, apenas recorria a ela através de uma grande tarja vermelha, mas também apresentava um tema cujo principal mote era o medo, o pessimismo e a insegurança, ambos aspectos são sentimentos latentes que estão presentes nas pessoas em tempos de crises tanto políticas quanto sociais.

Quanto às duas capas voltadas diretamente para o referendo, a primeira de 05/10/2005 é uma declaração pública da posição da revista (7 razões para votar não) e a outra de 26/10/2005 enumera 7 razões que acabariam com a criminalidade no país e está também diretamente direcionada para o Referendo que aconteceu naquela semana[3]. Analisando o comportamento das outras edições de Veja nesse período desde o estopim da crise, a posição da revista quanto ao Referendo não poderia ser mais coerente com sua própria história e com o discurso que vinha apresentando, uma vez que o governo federal expressou publicamente sua posição a favor do desarmamento.

Essas três edições não constituem um conjunto à parte, mas fazem parte das mesmas condições de produções dos outros textos de Veja e expressam seu posicionamento ideológico diante da polêmica instaurada com a proposta do Referendo 2005 pelo governo federal. Mas como explicar a forma como esses discursos antagônicos são tratados dentro da revista é uma questão que deve ser observada mais cuidadosamente.

Maingueneau (2005; p.114) diz que "polemizar é apanhar publicamente em erro e colocar o adversário em situação de infração em relação a uma Lei que se impõe como incontestável".

[3] Apesar da revista Veja sair nas bancas aos sábados, a data da sua capa corresponde à data da quarta-feira de cada semana. Por isso a edição de 26/10/2005 foi publicada em 22/10/2006, antes do Referendo.

Veja, ao tomar partido publicamente do discurso *não*, oficializou o discurso *sim* como adversário e a partir daí desenvolveu uma série de argumentos e proposições para desqualificar o adversário e colocá-lo em xeque perante seu verdadeiro e inabalável discurso *não*.

> A polêmica aparece exatamente como uma espécie de homeopatia pervertida: ela introduz o Outro em seu recinto para melhor conjurar sua ameaça, mas esse Outro só entra anulado enquanto tal, simulacro. Ela mantém, pois, um duplo laço com o simulacro: pelo fato de que ela mesma é apenas um simulacro de guerra, uma guerra de papel, como diz o nome; e pelo fato de que ela não cessa de traduzir o Outro em seu próprio simulacro. (Maingueneau, 2005; p.113)

Na verdade, a polêmica age como um grande jogo de cena. No caso estudado de Veja, ao trazer o Outro para dentro do seu discurso, a revista o faz conscientemente e tenta trazer do discurso Outro aquilo que sabe que pode rebater mais facilmente e aquilo que pode ser derrotado sem tropeços pelo seu próprio discurso. O Outro vem, dessa forma, pronto para perder.

Na reportagem de 05/10/2005, Veja traz vários argumentos que tentam desmoralizar o discurso *sim* e colocá-lo em uma posição vulnerável diante dos leitores. Ao desqualificar o adversário, o discurso de Veja torna-se ainda mais forte e resistente.

> Mesmo que o SIM vença por larga margem, "o comércio de arma de fogo e munição" no Brasil vai continuar sendo exercido com todo ímpeto pelo contrabando em nossas porosas fronteiras e pelos eficientes agentes do mercado negro – alimentado em grande parte pelas próprias autoridades policiais encarregadas de desbaratá-los. (Veja, 05/10/2005)

Esse é um caso de como tratar o discurso Outro apenas a partir do simulacro que é feito dele e assim se obter uma vitória mais fácil sobre ele. Veja diz que caso o *sim* vença, o comércio vai continuar existindo devido ao contrabando. Ora, contrabando por si só já diz que é uma prática ilegal e que existe à revelia das leis e das autoridades. Teoricamente, teria que se lutar contra qualquer tipo de contrabando que entre no país, não só de armas, mas de qualquer outra coisa que represente inadequação às normas brasileiras.

Esse argumento utilizado tenta mostrar possíveis brechas no discurso *sim*, mas que sob um olhar mais atento percebe-se que pode ser utilizado contra qualquer um dos dois discursos antagônicos dessa polêmica. Por esse princípio deveria ser liberado o uso de todas e quaisquer drogas porque elas continuam a entrar clandestinamente em nossas fronteiras. Além de disso, no discurso *não* de Veja não está em nenhum momento garantido ou até mesmo previsto que o voto *não* acabaria com o contrabando de armas.

Ainda no mesmo exemplo, Veja adjetiva agentes do mercado negro como eficientes e com isso dá a esses grupos ilegais uma certa legitimação às suas práticas criminosas. Os grupos do mercado negro seriam nesse caso provavelmente as quadrilhas internacionais de trafico de drogas, armas e etc. Por fim, Veja diz que esses grupos são alimentados pelas autoridades policiais. Ao afirmar isso de forma tão direta, Veja deixa implícito que o tema corrupção seria totalmente aceito e naturalizado pela sociedade brasileira e que a polícia é corrupta mesmo e que nada seria capaz de mudar esse quadro.

A adjetivação é outro ponto forte encontrado no corpus analisado. Para tentar desmoralizar mais enfaticamente o discurso Outro, Veja não só ataca o discurso *sim* como também tenta tirar a credibilidade do próprio referendo. Imposto pelo Governo Federal e com sua total aprovação, o Referendo 2005 também se transforma num discurso adversário da revista que tenta a todo custo desqualificá-lo. Abaixo segue um quadro lexical, com as principais expressões utilizadas por Veja para se referir àquelas eleições.

TABELA III

Referendo sobre o comércio de arma de fogo e munição 2005.	Um disparate
	Ilude o leitor
	Uma trapaça
	Expõe o povo ao ridículo
	Um despiste
	É desonesto
	Um desastre
	Um erro
	Carece de racionalidade
	Cria problemas falsos

Fonte: Veja Ed. 1925 e 1926

A controvérsia continua quando Veja tenta unir em uma mesma reportagem uma cadeia argumentativa para justificar sua tomada de posição e para defender seu discurso ao mesmo tempo em que ataca o discurso antagonista tentando desmoralizá-lo e apresentar, através do simulacro que faz dele, quais seriam seus pontos mais fracos e vulneráveis. A tabela IV mostra a cadeia de raciocínio utilizada por Veja na reportagem de 05/10/2005.

TABELA IV

Cadeia de raciocínio – Veja 05/10/2005 – "7 razões para votar não"
1. Os países que proibiram a venda de armas tiveram aumento da criminalidade e da crueldade dos bandidos

2. As pessoas temem as armas. A vitória do "sim" no referendo não vai tirá-las de circulação no Brasil
3. O desarmamento da população é historicamente um dos pilares do totalitarismo. Hitler, Stalin, Mussolini, Fidel Castro e Mao Tsé-Tung estão entre os que proibiram o povo de possuir armas.
4. A polícia brasileira é incapaz de garantir a segurança dos cidadãos.
5. A proibição vai alimentar o já fulgurante comércio ilegal de armas
6. Obviamente, os criminosos não vão obedecer à proibição do comércio de armas.
7. O referendo desvia a atenção daquilo que deve realmente ser feito: a limpeza e o aparelhamento da polícia, da justiça e das penitenciárias.

Fonte: Veja Ed. 1925

O item 2, por exemplo, traz para o discurso de Veja a idéia de que o discurso *sim* promoveria a eliminação total da circulação das armas no Brasil. Como a pergunta é se o comércio de arma de fogo e munição deve ser proibido no Brasil ou não, o argumento é usado para tentar provar que a possível vitória do *sim* não garantiria a ausência de armas como teoricamente deveria acontecer. Transforma o principal argumento do *sim* em uma falácia. Já o item 6 tira qualquer possibilidade de credibilidade do discurso *sim*, quando afirma que ninguém o acataria de fato em caso de sua vitória.

Todos esses exemplos parecem, a um primeiro olhar, localizar o discurso *sim* fora do discurso *não* de Veja, independente dele, como dois pólos que se rivalizam e disputam a atenção do leitor. Na verdade, seria um erro pensar o Outro como essa figura exterior ao seu próprio discurso.

> O Outro não deve ser pensado como uma espécie de “envelope” do discurso, ele mesmo considerado como o envelope de citações tomadas em seu fechamento. No espaço discursivo, o Outro não é nem um fragmento localizável, uma citação, nem uma entidade exterior; não é necessário que seja localizável por alguma ruptura visível da compacidade do discurso. Encontra-se na raiz de um Mesmo sempre já descentrado em relação a si próprio, que não é em momento algum passível de ser considerado sob a figura de uma plenitude autônoma. É o que faz sistematicamente falta a um discurso e lhe permite fechar-se em um todo. É aquela parte de sentido que foi necessário que o discurso sacrificasse para constituir sua identidade. (Maingueneau, 2005; p.39)

O Outro é uma parte constitutiva do discurso. Não há uma separação visível entre esse Outro e o Mesmo, existe sim uma relação de dependência entre os dois. Dentro da formação discursiva de Veja, o Outro (o *sim*) é o fundamento do discurso *não*. O que seria do *não* se não fosse o *sim* a ameaçá-lo e a polemizá-lo eternamente? Esse Outro é a parte, como diz Maingueneau (2005), necessária para que o discurso se complete e se feche.

Ainda segundo Maingueneau (2005; p.40), o “Outro é o dizível insuportável sobre cujo interdito se constitui o discurso”. O discurso *não* de Veja existe porque há a ameaça real da

proposta *sim* ganhar as eleições e isso representaria a vitória de toda uma formação discursiva a qual representaria também uma vitória do governo Lula e do Partido dos Trabalhadores. Posicionar-se contra o governo federal é aquilo que não está dito na defesa do discurso *não* de Veja. Desse modo, o Outro (*sim*) é o dizível insuportável (apoio ao Governo Lula) sobre cujo interdito se constituiu todo o discurso *não* de Veja diante do Referendo 2005.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Todos esses exemplos analisados a partir da posição da revista Veja mostram como se estabeleceu muito fortemente a polêmica na mídia diante do Referendo do 2005. Por se tratar de uma consulta popular sobre um assunto tão controverso quanto o porte de arma de uma sociedade, é até natural que as posições tomadas de um lado ou de outro tenham assumido em muitos casos um caráter muito radical.

Os discursos *sim* e *não* se confrontaram na mídia muitas vezes, ora atacando o Outro, ora se defendendo, mas sempre conscientes da ameaça que o Outro representava para o seu espaço discursivo. Em casos assim, não importa saber quem está certo ou errado, quem ataca ou quem se defende, porque ambos discursos têm sua dose de verdade e de ameaça de acordo com seu universo discursivo. A polêmica é constitutiva do discurso, faz parte dele, portanto seria inútil tentar buscar um possível vencedor para esse embate.

Analisando esses dois discursos antagonistas, percebe-se como é tênue a linha que os separa e que eles estão permanentemente em contato. Um discurso se constitui a partir da sua relação com outros discursos. Essa é uma relação interdiscursiva e que por sua essência é necessariamente polêmica.

Segundo Maingueneau (2005; p.122) “o discurso não escapa à polêmica tanto quanto não escapa à interdiscursividade para constituir-se”, ou seja, no caso de Veja, polemizar com o Outro (o *sim*) é uma característica inerente à formação do discurso radical *não* de Veja. Na verdade, apesar de o discurso *não* ter saído vencedor nas urnas, a posição da revista Veja foi apenas um dos lados de uma polêmica sem fim.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

GUARESCHI. Pedrinho A. **Os construtores da informação**. Petrópolis: Vozes, 2000.

IBOPE. **Eleitorado está dividido entre proibir ou manter como está o comércio legal de armas de fogo e munição no Brasil**. Publicado em 15 out. 2005. Disponível em: < http://www.ibope.com.br/calandraWeb/servlet/CalandraRedirect?temp=5&proj=PortalIBOPE&pub=T&db=caldb&comp=Eleições+e+Administração+Pública&docid=330FE82986F490AE8325709A0075E477> Acesso em: 15 jun. 2006

KLINTOWITZ, Jaime. **O referendo da fumaça**. Revista Veja, São Paulo: Ed. Abril, ano 38, n. 40, 1925 ed. p. 77-88, 05 out. 2005.

_____. **Um tiro na razão**. Revista Veja, São Paulo: Ed. Abril, ano 38, n. 41, 1926 ed. p. 66-67, 12 out. 2005.

MAINGUENEAU, Dominique. 2005. **Gênese dos discursos**. Campinas, SP. Criar Edições.

PÊCHEUX, Michel. 1990. **O discurso, estrutura ou acontecimento**. Campinas, SP: Pontes.

SILVA, Luis Inácio Lula da. **Mais vida, menos armas**. Folha de São Paulo, São Paulo, 09 out. 2005. Disponível em <http://www1.folha.uol.com.br/fsp/opiniao/fz0910200508.htm> Acesso em: 28 jun 2006.

SOARES, Luiz Eduardo. **Segurança pública: presente e futuro.** Estudos Avançados, vol.20, nº.56, p.91-106, Jan-Abr 2006. São Paulo. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-40142006000100008&lng=en&nrm=iso > ISSN 0103-4014 Acesso em: 28 jun. 2006.

TSE. **Tribunal Superior Eleitoral**. Disponível em: < http://www.tse.gov.br> Acesso em: 13 jun. 2006.

VAZ, Paulo; CAVALCANTI, Mariana; CARVALHO, Carolina Sá; OLIVEIRA, Juliana Julião de. **Pobreza e Risco: a imagem da favela no noticiário do crime**. In: ENCONTRO ANUAL DA COMPÓS, XIV,2005, Niterói- RJ.

VEJA. **Revista Semanal**. São Paulo: Ed. Abril, ano 38, n. 42, 1927 ed. 19 out. 2005.

VEJA. **Revista Semanal**. São Paulo: Ed. Abril, ano 38, n. 43, 1928 ed. 26 out. 2005.

VEJA. **Revista Semanal**. Arquivo 1997 a 2006. Disponível em: <http://veja.abril.com.br/arquivo.html> Acesso em: 10 jun. 2006

94% dos brasileiros têm medo de levar um tiro. O Estado de São Paulo On line, São Paulo, 20 jun. 2006. Disponível em: < http://txt.estado.com.br/editorias/2006/06/20/cid-1.93.3.20060620.6.1.xml> Acesso em: 22 jun. 2006.